

Resenha

HEYWOOD, Linda M.(org.) *Diáspora negra no Brasil*. (Tradução: Ingrid de Castro Vompean Fregonez, Thaís Crsitina Casson, Vera Lúcia Benedito). São Paulo: Contexto, 2008.

Fabiana Schleumer¹

O livro *Diáspora negra no Brasil*, organizado pela historiadora Linda Heywood, professora de História da África e Diáspora Africana na Universidade de Boston, constitui uma referência no conjunto das obras sobre a África Central traduzidas no Brasil. Composto de seis artigos, divididos em dois conjuntos e distribuídos em um total de 222 páginas, a obra em questão apresenta um grupo de informações inovadoras quanto ao método e às fontes utilizadas.

No primeiro capítulo – “África Central durante a era do comércio de escravizados, de 1490 a 1850” – de autoria do renomado historiador Joseph Miller, objetiva-se compreender os centro-africanos que chegaram ao novo mundo, a partir de quatro referenciais; em primeiro lugar, atentar para a forma como os povos de língua banto compreendiam a si mesmos e os locais em que viviam do século XVI ao XIX; em segundo, procura-se compreender como lidaram com a experiência da escravização e o trauma da travessia da chamada passagem do meio. Em terceiro, atentar para a forma como lembraram as experiências passadas, quando já estabelecidas no Brasil, no Caribe e na América do Norte. Por fim, é preciso analisar a forma como encontraram um novo sentido para a vida nas Américas, junto com indivíduos escravizados de origens diferentes e sob a influência de desafios específicos da sobrevivência que variavam de continente para continente, variando conforme o século.

Em “Religião e vida cerimonial no Congo e áreas Umbundo de 1500-1700”, o historiador da Universidade de Boston, John K. Thornton analisa os traços primordiais da religião da África Central no período correspondente ao comércio de escravos, inovando a partir do pressuposto metodológico adotado. Em oposição à maioria dos historiadores que realizaram análises semelhantes a partir da etnografia da África Central moderna, John K. Thornton reconstitui as idéias religiosas a partir da documentação escrita no período, isto é,

¹ Doutora em História pela Universidade de São Paulo (USP). Professora Adjunta da Universidade Estadual do Centro-Oeste - UNICENTRO / Irati.

utiliza-se em abundâncias das fontes primárias, o que lhe faculta uma melhor compreensão da acentuada variação regional e temporal existente.

Objetiva-se, ainda, reconhecer a presença e a importância do Cristianismo, conduzido ao Reino do Congo através do papel desempenhado pelos missionários portugueses, fator muitas vezes compreendido por alguns historiadores com um fenômeno restrito às classes abastadas.

Neste contexto, destaca-se o vasto material produzido pelos missionários, homens relutantes não somente às idéias, mas também às práticas religiosas africanas, exigindo, assim, da parte do historiador, a releitura de visitantes europeus dos séculos XVI e XVII.

Para este autor, apesar das diferenças, é possível delinear um quadro com crenças “amplamente aceitas”. Entre estas crenças podemos destacar a aceitação de um grande número de seres espirituais habitantes de um outro mundo. Nas regiões de fala umbundo, por exemplo, as divindades recebiam o nome de Kilundu e geralmente eram tidas como Deuses. Já na região do Congo, as práticas relativas aos ancestrais resistiram aos ensinamentos cristãos, principalmente no que diz respeito à ressurreição dos mortos. Para eles, o cuidado com os ancestrais era sinônimo de boa sorte e saúde. Por sua vez, o abandono e a negligência eram caminhos para as doenças e as más sortes.

Segundo John K. Thornton, tanto os africanos quanto os europeus acreditavam na existência de feiticeiros, causadores de danos através de recursos considerados sobrenaturais; no entanto, ambas as tradições – africana e européia – possuíam um modo próprio de lidar com a questão. Os europeus advogavam a existência de uma boa feitiçaria, praticada pelos próprios profetas, videntes e adivinhos. Já os africanos rotulavam o mal desvinculado do sobrenatural, estabelecendo uma relação entre ele e a intenção dos vivos. Exemplifica-se com o caso dos líderes imbangalas, praticantes declarados do canibalismo, prática “fortemente” relacionada à feitiçaria.

Em suma, a conversão ao cristianismo não significou uma profunda mudança religiosa. Ainda no tempo de Cavazzi, identificam-se práticas relacionadas aos ancestrais. O que houve foi um esforço por parte dos missionários em integrar a percepção dos congolezes a respeito dos ancestrais às datas comemorativas cristãs. Em suma, o cristianismo, sem dúvida, alterou a religião original, porém, sua estrutura se manteve, não havendo significativas diferenças entre os cristãos e os não-cristãos.

No terceiro capítulo desta coletânea – “De português a africano: das culturas atlânticas crioulas no século XVIII”, a historiadora Linda Heywood adota como fio condutor o cerne das observações feitas por John K. Thornton. A autora esclarece que o

“processo de interpenetração religiosa” estava presente em outros setores da cultura centro-africana, caracterizando as relações afro-portuguesas no século XVIII.

O objetivo deste capítulo é demonstrar que o processo de criouliização ocorreu de mão-dupla, por um lado, surtiu efeito sobre a cultura e os povos africanos, por outro, promoveu a africanização dos colonizadores de origem portuguesa.

Segundo Linda Heywood, durante o século XVIII era evidente o processo de criouliização vivenciado pelos portugueses no reino de Angola e no Reino de Benguela. As relações sexuais existentes entre homens europeus e mulheres africanas corroboram a afirmativa acima e legitimam simultaneamente o aumento da população afro-lusitana. A interpenetração entre estes dois grupos causou reflexos também na esfera cultural. As práticas, os rituais religiosos, a língua, a culinária, a dança, a música, assim como as outras expressões culturais, refletiram esse processo de criouliização, evidente aos olhos das autoridades de caráter secular e religioso da época.

No capítulo quarto – “Centro-africanos no Brasil central, de 1750 a 1835” – a historiadora Mary Karasch se propõe a explicar o processo de formação do quilombo de Kalunga, localizado no atual estado de Goiás. Segundo esta autora, nas origens do processo formativo encontra-se o ouro. Os africanos, que para lá foram enviados, possuíam como destino certo as minas de ouro da Capitania.

Com base em documentos oficiais portugueses correspondentes ao final do período colonial e aos anos iniciais do Império (1780-1835), a destacar as listas de residência, a autora traça um retrato do quilombo do Kalunga e de seus habitantes, confrontando os dados obtidos com outras regiões do país.

Além dos censos, a autora utilizou como fonte documental os registros de batismo e de morte, os registros de impostos, os inventários de Hutim, alforrias e as irmandades com o objetivo de localizar os africanos que viveram no Brasil central no final do período colonial. Porém, antes disso, a autora se detém na compreensão do comércio interno de escravos entre os portos do litoral e a capitania de Goiás.

O tempo passou, e segundo a autora, tradições e memórias do tempo da escravidão dos centro-africanos ainda se faziam presentes na Capitania de Goiás. Como exemplo cita a tradição oral em Catalão, no sul de Goiás, onde os congos e os moçambicanos dançavam as congadas para Nossa Senhora do Rosário, demonstrando assim que as tradições de Angola e do Congo não foram totalmente esquecidas.

No capítulo seguinte – “Quem é o rei do Congo? Um novo olhar sobre os reis africanos e afro-brasileiros no Brasil” – a historiadora Elizabeth W. Kiddy dá

prosseguimento à discussão iniciada por Linda M. Heywood. Neste texto, a autora traz à tona questões que norteiam a produção historiográfica sobre o assunto: comenta as posições adotadas pelo antropólogo Sidney Mintz e pelo historiador John K. Thornton e Linda M. Heywood que nos capítulos redigidos para o corpo deste livro afirmam que por volta do século XVIII a cultura centro-africana já se combinava significativamente com a cultura européia. Portanto, a chegada de centro-africanos escravizados no Brasil representou a continuação do processo de mistura cultural. O que houve foi uma adaptação. Ainda, perfazendo um debate de cunho historiográfico, comenta-se a ausência de clareza em alguns trabalhos onde o termo reinos negros é concebido como sinônimo de reis do Congo. A partir do final do século XVIII, os reis negros começaram a se denominar como Reis do Congo. Perdeu-se o sentido étnico e o termo passou a ser utilizado por todo e qualquer líder de uma comunidade onde estivessem presentes escravos e libertos.

Segundo a autora, a própria compreensão do papel exercido pelo rei do Congo precisa ser repensado. A generalização do termo explica-se pela compreensão distorcida do significado da coroação do Rei do Congo. Esta deve ser compreendida como “*uma continuação da cultura centro-africana entre os afro-brasileiros*”.

Um bom exemplo é o fato de que em Minas Gerais do século XVIII, a documentação referente aos quilombos incluía a presença de reis e rainhas como “líderes” da comunidade. Do mesmo modo, irmandades mineiras, apesar de uma proibição datada de 1720, elegiam reis e rainhas entre os negros para conduzirem suas organizações. Os reis das irmandades possuíam poder local e temporal. Exerciam a função de líderes entre os demais membros da população. Em suma, é possível finalizar estas considerações com o seguinte questionamento: o que representou a tradição de reis e rainhas entre os afro-brasileiros?

Para Elizabeth W. Kiddy, a continuação de um processo que data dos primeiros dias da escravidão no Brasil. Representa a vitória na tentativa de se manter viva vinculada com a África, pois os “*rituais ligam os ancestrais da terra natal aos ancestrais brasileiros e africanos e ao mundo dos espíritos.*” E todos nós sabemos quão importante é o papel dos ancestrais no bojo das culturas africanas.

Explorando ainda mais os aspectos da cultura centro-africana, do mundo visível e invisível, o historiador Robert Slenes é o autor do último artigo que compõe a coletânea. Dentre todos os pesquisadores citados, sem dúvida, ele é o mais conhecido entre nós, brasileiros. Em primeiro lugar, pelos longos anos em que está conosco, mas principalmente pela acentuada significância de seus trabalhos, muitos dos quais contribuíram para a Nova

Historiografia da Escravidão, assinalando uma geração de historiadores, entre os quais eu me incluo, cuja formação acadêmica, desenvolvida nas décadas de 1980 e 1990, voltou-se principalmente para a exploração documental em busca das famílias escravas.

Neste texto – “A Grande Greve do Crânio do Tucuxi: espírito das águas centro-africanas e identidade escrava no início do século XIX no Rio de Janeiro” –, o autor relata e explica a greve realizada pelos escravos em virtude de um crânio de Tucuxi presente na embarcação em que conduziam no final de dezembro de 1816. A partir do relato do viajante John Luccock, o autor vai tecendo considerações e conclusões relativas ao acontecimento, esmiuçando a origem étnica dos cativos, sua complexidade cultural e origem etnolinguística. Segundo Robert Slenes, o episódio do crânio de Tucuxi é um exemplo de como os basundis, bampangus e grupos de outras origens puderam descobrir a África no Brasil.

O texto representa uma incursão no universo sócio-cultural dos povos centro-africanos, resgatando tradições através de um diálogo com contos folclóricos dos bacongos e umbundus onde os peixes e os crocodilos aparecem como animais vingadores de todos aqueles que desrespeitam a natureza.

É preciso não esquecer que os povos bacongo e umbundo forneceram levas significativas de escravos para a região sudeste do Brasil. Sem contar que dividem um grupo de idéias relativas aos espíritos das águas desde o século XVI e XVIII.

Para finalizar, deve-se compreender o fio metodológico utilizado pelo autor. Para Robert Slenes, a análise realizada é uma demonstração da necessidade de se examinar pressupostos culturais comuns para se entender comportamentos coletivos.

Enfim, a obra em questão apresenta um conjunto de artigos que vão desde a utilização de dados demográficos para uma melhor compreensão do funcionamento do comércio de escravos até análises marcadas pela exploração do universo cultural, permitindo ao leitor o enriquecimento do seu cabedal sobre a situação dos escravos originários da África Central e suas formas de organização e sobrevivência do outro lado do Atlântico.

Trata-se de um livro fundamental para uma melhor compreensão do universo centro-africano no Brasil. Aos autores, renomados pesquisadores de cunho internacional, e à editora Contexto parabenizamos respectivamente pela elaboração e pela tradução e publicação da obra.